

28º de fevereiro de 2023 – 01/2023

BOLETIM da REPAM-Brasil

INFORMATIVO VIRTUAL



REPAM
REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA
BRASIL

Fraternidade e Fome



**“Dai-lhes
vós mesmos
de comer!”**

(Mt 14,16)



CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2023

2 de abril - Domingo de Ramos:
Coleta Nacional da Solidariedade





Pés a Caminho: experiência vocacional na Amazônia

Ter os pés nas terras missionárias da Amazônia, vivendo a realidade de fé e sinodalidade junto às comunidades. Esse foi o objetivo do projeto Pés a Caminho: Experiência Vocacional-Missionária Nacional, que ocorreu entre os dias 05 a 17 de janeiro de 2023, na Arquidiocese de Manaus (AM). Com o tema “Enviados pelo Espírito até os confins do mundo” e o lema “Cristo aponta para a Amazônia”, a experiência reuniu quase 300 pessoas – entre seminaristas, reitores, formadores, bispos e participantes (jovens e assessores) da Juventude Missionária.

Segundo o reitor do Seminário São José de Manaus, padre Zenildo Lima o fato de a experiência acontecer na região amazônica deve levar a todos a refletir que “desde o Sínodo da Amazônia em 2019, aliás todo o processo de construção do Sínodo, os olhos se voltam para nós, não somente como um espaço, um ambiente e uma realidade de muitos apelos mis-

missionários”. Nesse ponto, o padre insiste em que “é bom reconhecer também que aqui existe uma eclesialidade, uma identidade eclesial bastante aproximada daquela perspectiva da [Evangelii Gaudium](#)”.

O padre reforça que escolher a Amazônia para esta experiência não se dá somente por causa das necessidades evangelizadoras desse lugar, mas também por conta da riqueza desta identidade eclesiológica que pode ser compartilhada com outras perspectivas que os formandos têm a partir das experiências de suas igrejas locais.

Durante mais de uma semana, os participantes experimentaram os desafios de levar a Palavra de Deus e de ser presença da Igreja em diversas comunidades da Arquidiocese de Manaus, Diocese de Coari e da Prelazia de Itacoatiara. Os grupos foram divididos entre as 27 localidades, onde realizaram visitas, celebrações da palavra e da eucarística, além da integração e troca de experiências com as diversas realidades.

O seminarista Rafael Santos comenta os desafios da experiência. “Fui designado para Prelazia de Itacoatiara, Comunidade de Itapiaçu, igreja de Nossa Senhora de Nazaré. Meu primeiro desafio foi andar de barco, algo que fiz pela primeira vez contemplando a beleza da Amazônia. Já na igreja

tivemos a oportunidade de trabalhar com os jovens e perceber a realidade familiar, pois é um povo que cultiva muito a vivência comunitária e a questão familiar entre eles é muito forte. Outro ponto que vale a pena destacar é a simplicidade, onde mesmo com todas as dificuldades, sempre oferecem aquilo que é de melhor para os missionários e para os padres que atuam naquela região. Levo para São Paulo a certeza que vale a pena ir para águas mais profundas, pois só encontramos sentido na vida quando saímos da zona de conforto e vamos ao encontro daqueles que mais precisam.”

Para o Cardeal Leonardo foi um momento de receber e de agradecer, reforçando o sentido de missão, do serviço mesmo diante de grandes desafios, conforme afirmou:

“Toda vocação é serviço na missão. Toda missão nos dá o servir, servir na Palavra, servir no testemunho, servir no lava-pés, servir no consolo, servir na samaritanidade, servir na fraqueza, servir no perdão, servir na misericórdia, servir na reconciliação, sempre servir, porque nascemos do povo de Deus, todos nós, nas nossas vocações, nascemos do povo de Deus, mas especialmente aqueles que se sentiram chamados, convocados, para servirem de modo próprio dentro da Igreja, nos sacrifícios, isto é, nos sacramentos”, afirma o Cardeal Steiner

Ao fim do encontro, os missionários indicaram algumas luzes a partir do que viram, ouviram e sentiram. Uma delas aponta que “a realidade da região amazônica é mais complexa, rica e plural do que imaginávamos” e que “a Igreja que está na Amazônia busca ser viva, ministerial e profética”.

Clique [AQUI](#) e confira as seis luzes da I Experiência Vocacional Missionária Nacional.

Iniciativa

O projeto Pés a Caminho é realizado pelas Pontifícias Obras Missionárias (POM), em parceria com a Organização dos Seminários e Institutos do Brasil (OSIB), coordenação nacional dos Conselhos Missionários de Seminaristas (COMISE), Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e Arquidiocese de Manaus. Serão abertas 500 vagas, distribuídas entre os regionais dos COMISEs e da OSIB.





REPAM-Brasil e CEA lançam Núcleo Multidisciplinar de Direitos Humanos e Incidência

Com o objetivo pensar, refletir, elaborar e oferecer subsídio as comunidades, defensores de direitos humanos e da natureza e incidir para fortalecimento da rede de proteção no território Amazônico, em diálogo com as instituições parceiras, a Rede Eclesial Pan-Amazônica REPAM-Brasil e a Comissão Episcopal para a Amazônia (CEA) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de forma conjunta, criaram no dia 12 de janeiro, em reunião realizada por meio de plataforma digital, o Núcleo Multidisciplinar de Direitos Humanos e Incidência.

A proposta de criação do grupo surgiu das ações de projetos, já realizados pelas instituições, que buscam fortalecer as redes de proteção as lideranças e defensores de Direitos Humanos e da Natureza nos territórios amazônicos. Na reunião, foram apresentados o objetivo e missão do coletivo, os membros, as responsabilidades e as atividades que serão realizadas por eles.

O Núcleo será composto por referências das áreas jurídica, advocacy, educação e comunicação. Fazem parte do grupo Pe. Paulo Renato, assessor político da CNBB; Nilton Tubino, as-

essor parlamentar na Câmara dos Deputados; Pe. José Boieng, membro do Núcleo de Direitos Humanos da REPAM-Brasil; Felício Pontes, membro do grupo de assessores da REPAM-Brasil; Ana Caroline Lira, analista de comunicação da REPAM-Brasil; Joelma Viana, membro da Rede de Notícias da Amazônia; Andréa Cristiane Nunes, assessora técnica de incidência da REPAM-Brasil e Dorismere Almeida de Vasconcelos, da equipe de articulação da REPAM-Brasil.

Os trabalhos do Núcleo se desenvolvem por meio de reuniões mensais, presenciais e virtuais, para análise e proposição de estratégias de incidência, processos de formação popular para acompanhamento das situações de violações de direitos humanos e direitos da natureza, além de oportunizar às comunidades, defensores e lideranças acessarem às informações atualizadas por meio de fontes seguras, informes e notas técnicas elaborados pela equipe do Núcleo de Direitos Humanos e Incidência da REPAM-Brasil e instituições parceiras. Outra proposta do grupo é a comunicação ativa por meio de matérias e notas publicadas nas redes e site da REPAM-Brasil e Comissão Episcopal para a Amazônia, bem como a publicação de subsídios formativos.

Para a coordenação conjunta do Núcleo Multidisciplinar, foram nomeadas Do-

rismere Vasconcelos e Andréa Nunes. Para Dorismere, a criação do grupo é resultado de um trabalho que vem sendo realizado há três anos em que foram identificadas uma série de violações e impactos nos direitos humanos e da natureza no território amazônico, que culminou na campanha “A vida por um fio”, liderada pela REPAM-Brasil e organizada por uma série de instituições parceiras. “Daí, então, a importância desse Núcleo, de pegar esse clamor que vem do território para analisar, refletir e incidir fortalecendo a democracia”, completou.

Um manual metodológico de Oficinas de Autoproteção, um mapa de monitoramento de matérias legislativas que estão em tramitação, acompanhadas de notas técnicas que ajudem a REPAM-Brasil e CEA a se posicionarem a respeito dos temas, a criação de um aplicativo com dados e informações para o acesso rápido das comunidades e lideranças estão entre os projetos do Núcleo recém-criado.

“Faremos o informe Amazônia no Congresso em formato digital e em “pílulas” de áudio para que as informações cheguem a todo território amazônico com uma linguagem acessível, notas técnicas e entrevistas”, completou Andrea Nunes sobre os produtos que serão desenvolvidos pelos especialistas.



Povos indígenas em contexto urbano: uma realidade esquecida pelos governos

Dados do censo do IBGE devem apontar a quantidade de indígenas vivendo nas cidades

Por Joelma Viana, Comunicação REPAM-Brasil

Muitas cidades amazônicas, segundo historiadores, foram construídas em cima de territórios indígenas, cuja população foi expulsa para as áreas rurais tendo de se refugiar para não serem escravizados ou mortos por aqueles que se diziam “donos” das terras. Durante muitos anos, milhares de indígenas viveram afastados dos grandes centros, mas esse cenário mudou, e hoje percebe-se um número cada vez maior dessas populações nos centros urbanos.

Segundo Marcivana Sateré Mawé, coordenadora geral da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPIME), vários são os motivos que contribuem para esse

aumento, o primeiro deles é de que os principais serviços estão centralizados nas cidades, como saúde, educação e oportunidade de trabalho. Um levantamento preliminar das próprias organizações apontava o número de 35 mil indígenas vivendo na cidade de Manaus. Porém, a invisibilidade e a falta de perguntas direcionadas às populações contribuem para a subnotificação.

Por esse motivo, o movimento indígena iniciou uma articulação junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para identificar esses grupos e garantir direitos, que muitas vezes são negados a essas populações: “Fizemos com o IBGE, então, uma parceria. Nós mapeamos aqui na cidade de Manaus as principais áreas com maior concentração de indígenas, que seriam áreas da qual o IBGE teria assim um maior cuidado no Censo, trazendo sempre uma pergunta que seria fundamental para essa identificação. Isso porque nos censos anteriores, muitas vezes, eram: se você é branco? Se você é pardo ou negro? E isso dificultava a identificação indígena, por quê? Porque a maioria de nós indígenas, seja na aldeia, seja na cidade, nas nossas certidões de nascimento consta como pardo e isso é muito confuso na hora da pergunta que os censitários faziam”, declarou Marcivana.

Além da parceria, a COPIME fez um trabalho de sensibilização junto as comunidades indígenas reforçando a importância da autodeclaração. Foram produzidos vídeos na língua materna reforçando essa necessidade. “Não é que repentinamente uma grande presença indígena, isso sempre existiu, até porque as cidades foram as primeiras aldeias que foram colonizadas durante o período de invasão do Brasil. Naquela época, 2019, a gente chamava de senso indígena, porque precisamos tirar da invisibilidade os povos indígenas, conhecer a realidade indígena nas cidades para que a gente possa criar ações de enfrentamento a essas mazelas”, afirmou. A esperança das organizações é que a conclusão do censo do IBGE traga dados reais da quantidade de indígenas vivendo na área urbana de Manaus.

A subnotificação de populações indígenas em contexto urbano não é uma realidade apenas de Manaus, outras cidades também enfrentam o mesmo problema, que pode ser solucionado com a conclusão do Censo do IBGE. Em Boa Vista (RO), por exemplo, não há uma pesquisa que mostre a quantidade de indígenas vivendo na área urbana. De acordo com Eliando Pedro de Souza, da etnia Wapichana, e coordenador

da Organização dos Indígenas da cidade de Boa Vista (ODIC), existiu um pequeno levantamento há 15 anos, mas os dados não condizem com a realidade atual.

“Não existe uma pesquisa que possa dizer a quantidade de indígenas que vivem em contexto urbano aqui no estado de Roraima. O que posso dizer é que existiu um pequeno levantamento, mais ou menos 15 anos atrás pelo município de Boa Vista quando fazia um levantamento da situação socioeconômico das populações, e ali foi levantado uma possibilidade de 35 mil indígenas vivendo em contexto urbano, talvez esse dado seja mais próximo da realidade atualmente, enquanto o IBGE dá um pouco mais de 8 mil. A gente até questiona por que não se sabe como são feitas essas indagações”, afirmou Eliandro.

Na cidade de Boa Vista (RR) existem hoje aproximadamente cinco organizações indígenas no contexto urbano que discutem a presença dessas populações na cidade, algumas focam mais a parte da cultura, da dança, artesanato, e outras estão votadas as questões da saúde e da educação.

A saída das populações para as cidades não significa dizer que deixaram de ser indígenas, e essa realidade precisa ser mudada, principalmente por quem cria as políticas públicas. “A mudança dos indígenas

para as cidades não implica perda da identidade. A gente ouve diversas acusações: há! não, o indígena está utilizando um celular ou está dirigindo um automóvel, enfim, essa ideia de que os povos indígenas têm que estar isolados e não se apropriar daquilo que eles possam considerar de uso na sociedade não-indígena está ultrapassada. Nenhum indivíduo vai deixar de ser indígena porque aprende a dirigir um automóvel ou a língua portuguesa, ou até uma outra língua estrangeira, enfim, não há mudança na identidade”, declarou Luciana Carvalho, antropóloga e professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

Luciana destaca ainda, que as cidades não estão preparadas para receber bem os indígenas, e muitas vezes não estão preparadas sequer para perceber a presença dessas pessoas no ambiente urbano, tanto que é evidente a falta de políticas públicas específicas dirigidas à essas populações que migram para as cidades a fim de estudar ou trabalhar.

A maioria das cidades foram pensadas a partir de um desenvolvimento econômico que não combina com a cultura indígena, como se essas populações não fossem parte desta realidade. Para Marcivana Sateré Mawé “as cidades também são territórios indígenas”, e por esse motivo as organizações

têm se mobilizado pelo direito à cidade. “A COPIME hoje discute muito a questão dos povos e o direito a cidade, mas uma cidade que traga dignidade, oportunidade e qualidade de vida para seus habitantes”, finalizou.

Eliandro Souza reforça que os órgãos de Estado não foram preparados para atender os indígenas. “Uma das questões é a comunicação que os funcionários não têm o domínio ou nem conhecimento históri-

co desses povos, o que dificulta o acesso às políticas públicas, em especial à saúde, isso porque na cultura não-indígena a doença se dá apenas no corpo, para nós povos indígenas, a doença se dá também na alma”.

As organizações indígenas esperam que a conclusão do Censo do IBGE tire da invisibilidade dos povos indígenas que vivem nas cidades, e que políticas públicas sejam criadas para essas populações.





Lucro para as empresas e violações de direitos para as comunidades: Uma Amazônia pensada de fora para dentro

Em Açailândia (MA) está previsto mais de trezentos deslocamentos forçados de famílias da região de Piquiá. Já em Abaetetuba (PA), comunitários lutam para barrar construção de um terminal de uso privado.

Por Daniela Pantoja, Comunicação REPAM-Brasil

Uma Amazônia pensada de fora para dentro, onde os territórios sagrados, os bens comuns da natureza, a fauna e a flora e a manutenção da vida dos povos da floresta estão em constante ameaças por conta da expansão dos grandes projetos econômicos para a região.

E não é de hoje que a implantação da maioria desses projetos tem causado transtornos para as comunidades dos mais diversos estados da Amazônia Legal. Para entender como esses projetos chegam até aqui, porque e para quem são pensados traçou-se uma linha do tempo.

De início Padre Dário Bossi, assessor da Rede Eclesial Pan Amazônica REPAM-Brasil e da Rede Igreja e Mineração, relata que a Amazônia sempre foi considerada como uma terra de conquista. “Primeiro no final do século XIX, com as oportunidades oferecidas pelo “ouro negro” da borracha e o incentivo do governo: cerca de 300mil nordestinos foram estimulados a migrarem para este bioma. Houve depois a época do governo de Getúlio Vargas, com a chamada “Marcha para Oeste”; em seguida, no tempo da Ditadura, com o lema “integrar para não entregar”, o poder militar e econômico fomentou a ocupação de toda esta região (a inauguração da Transamazônica foi em 1972, no mesmo ano do Encontro dos Bispos da Amazônia, em Santarém, e da fundação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI)”, declarou.

Bossi reforça que em todas estas ocasiões, a Amazônia foi pensada “de fora para dentro”, com grandes projetos considerados “desenvolvimento”, caracterizados pelo viés do extrativismo predatório: retirar matérias

prima como látex, madeira, ouro, outros minérios, petróleo, gás, água, os quais necessitam de grandes infraestruturas para o escoamento dos produtos e de mão de obra barata.

Nesse sentido, para retirar então essa matéria prima é preciso tirar o que está em cima, ou seja, as comunidades, as pessoas, os animais e toda biodiversidade de um território, tudo isso em prol do “desenvolvimento”. Só que esse “desenvolvimento” custa muito caro para as populações que foram em sua maioria deslocadas forçadamente, ou estão no entorno desses grandes empreendimentos.

Projeto Grande Carajás e o deslocamento forçado de famílias

Um exemplo desses megaprojetos, possivelmente mais emblemáticos, são os da mineração, e o maior deles é o de minério de ferro a céu aberto localizado entre os estados do Pará e Maranhão, o projeto Grande Carajás da Multinacional Vale S.A.

No Estado do Maranhão, mais de cem comunidades são impactadas pelo fluxo de extração, escoamento e exportação do minério. O deslocamento forçado das famílias é o principal impacto deixado pela mineração, sobretudo pela logística e cadeia produtiva que giram em torno da mineração: siderúrgicas, comércio e empresas.

De acordo Valdênia Paulino, advogada e integrante da equipe de fortalecimento co-

munitário da organização Justiça nos Trilhos com sede no Município de Açailândia (MA), na região de Piquiá de Baixo, está previsto para este ano de 2023, mais de trezentos e doze deslocamentos forçados de famílias.

“No município de Açailândia temos a ‘Aço Verde do Brasil’, que apesar de ter um nome de verde é uma siderúrgica que respeita muito pouco o ambiente, ela incorporou inclusive a siderúrgica Gusa Nordeste S/A que é da região de Piquiá no município de Açailândia, e justamente por conta do impacto da poluição oriunda dessa siderúrgica é que trezentas e doze famílias terão que ser deslocadas. [...] Depois que as siderúrgicas foram instaladas na região, as famílias passaram a ser acometidas por sérias doenças respiratórias, de pele e muitas tiveram que sair da sua casa, antecipadamente. A região de Pequiá de baixo que vivia da pesca, do rio que cerca a comunidade e das roças”, detalha Valdênia.

Além dos impactos ocasionados pela estrada de ferro que transporta o minério, aumentou significativamente o agronegócio no estado do Maranhão e Pará, uma estratégia da empresa Vale S/A para o transporte do monocultivo a outros portos, que afetam fortemente a agricultura familiar.

Construção de Portos em Abaetetuba (PA) e a violação de direitos

Por falar em portos, está aí um outro grande “projeto de desenvolvimento” que afeta inúmeras comunidades amazônicas, no qual centenas já foram instalados para exportação de cargas de grãos.

No entanto, algumas comunidades travam lutas diárias para barrar a instalação desses grandes empreendimentos, que violam os direitos das populações e da natureza.

Hueliton Azevedo, morador da Ilha do Capim em Abaetetuba (PA), é um dos comunitários que tem se dedicado incansavelmente para não deixar que seu território seja destruído pela implantação de um terminal de uso privado da empresa Cargill.

Além de ser morador da região, Hueliton é doutorando em agrossistema na Universidade Federal de Santa Catarina, no qual estuda que essas localidades são de uso comum, ou seja, na região onde se pretende instalar o terminal são os chamado assentamentos agroextrativistas. A obra quer tomar cerca de 350 hectares do Projeto de Assentamento Agroextrativista Santo Afonso, na Ilha Xingu, atingindo também dezenas de comunidades.

Hueliton afirma que essa tentativa da proposta de implantação do terminal é considerada um crime contra o direito à terra e ao território. “Primeiro porque ela desconsidera o direito a consulta prévia livre e infor-

mada da comunidade tradicional local, que está previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Então, a empresa não está respeitando essa convenção, a comunidade local não foi consultada ‘pra’ saber se ela aceita que seja implantado o terminal. Além disso, a empresa defende de uma forma muito oportunista que a comunidade administrativista local não é uma comunidade tradicional”, ressalta.

Já no caso da violação de direito à natureza há uma situação local de muitas espécies ameaçadas de extinção, o morador da Ilha do Capim ressalta que existem duas espécies de peixes-boi ameaçadas de extinção, com o tráfego de barcas e navios existe a possibilidade da perda total de espécie. Além disso, entre a Ilha do Xingu e a Ilha do Capim existe um território pesqueiro chamado de ‘Furo do capim’, que é tanto um local de pesca quanto um berçário de reprodução de peixes. Caso o terminal de uso privado da Cargill seja implantado todo o berçário será destruído.

Uma Amazônia que pensa na autonomia e manutenção dos povos

Se para os grandes projetos a lógica segue um ciclo destrutivo, a exemplo da mineração e da implantação de portos, a convivência dos povos em harmonia com os biomas é

que precisa ser reconhecida e potencializada, mostrando que é possível sim, uma economia do Bem Viver na Amazônia, como explica Padre Padre Dário Bossi, assessor da REPAM-Brasil e da Rede Igreja e Mineração. “Há uma outra lógica que precisa ser reconhecida e potencializada. É a convivência dos povos em harmonia com os seus biomas, como por exemplo testemunha há milhares de anos a sabedoria ancestral indígena. Muitos, utilizando o parâmetro do “desenvolvimento” nas categorias do consumismo, acham que estas culturas são atrasadas. Na verdade, elas desenvolveram a tecnologia mais sofisticada do equilíbrio e da convivência, muito mais “desenvolvida” de nossas soluções de destruição. [...] É possível sim uma economia do Bem Viver na Amazônia, em escala local, como apresentam as recentes publicações sobre a “bioeconomia bioecológica”: soluções locais apoiadas em diversidade, reuso de matéria e energia, manejo ecológico de espécies e das interações interespecies, redução de insumos e fontes de energia externas ao sistema”, finaliza Bossi.

É nesta perspectiva que a Amazônia deve ser pensada de dentro para fora, quando os olhares se concentram, exclusivamente, naquele que mantém a floresta em pé, os povos que ali habitam.



Secretaria Executiva da REPAM-Brasil realiza momento de espiritualidade

Na tarde do dia 18 de janeiro, aconteceu na sede da Rede Eclesial Pan-Amazônica REPAM-Brasil um momento de mística e espiritualidade com os colaboradores da Secretaria Executiva da Rede. As reflexões foram guiadas pelo secretário executivo da Rede Eclesial Pan-Amazônica REPAM, Irmão João Gutemberg Sampaio.

Na ocasião, foi meditado o Evangelho de Lucas 5, 1-11, em que narra a “pesca milagrosa”. As reflexões foram divididas em três momentos: o primeiro sobre “o que o texto diz”, a segunda sobre “o que o texto me diz” e o terceiro “o que o evangelho nos leva a dizer a Deus”.

Estiveram presentes a secretária executiva da REPAM-Brasil, Ir. Irene Lopes, a analista financeira, Denyse Leite, a assistente administrativo, Maria José Lisboa, a coordenadora de projetos, Arlete Gomes, a analista de projetos, Jéssica Castro, a articuladora territorial, Doris-meire Vasconcelos e a analista de comunicação, Ana Caroline Lira.



Yanomami: “Garimpo ilegal é uma rede de violação aos Direitos Humanos dos Povos e da Natureza”

Por Rosa M. Martins, Comunicação REPAM-Brasil

“Quando o garimpo ilegal chega ao território indígena, não vem sozinho, é uma rede complexa de ações que afetam de forma fatal a vida dos povos originários do ponto de vista cultural, social e espiritual, gerando conflitos entre as famílias e desestruturando seu modo de vida: álcool, droga, prostituição, exploração da terra, abuso sexual das meninas, invasão das plantações dos indígenas, pesca, caça”, conta a liderança católica, Gilmara Fernandes, Membro do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), de Roraima.

Ainda, segundo Fernandes, uma série de erros, negligências e corrupções tem impedido a União e o Estado de prestar a devida atenção e atendimento aos Yanomami. O que foi mostrado pela Imprensa nos últimos dias é somente a ponta do iceberg. “A invasão maciça

de garimpeiros, falta de equipes médicas e de medicamentos, que levaram à crise humanitária que presenciamos, vinham sendo denunciadas há anos por lideranças indígenas, mas ignoradas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro”, assegura.

A indígena Jama Wapichana, membro do Movimento Indígena e da Articulação das Pastorais Sociais e Comitê Local da REPAM, em Roraima, afirma que “a tragédia já estava anunciada, pois há muito tempo nossos parentes estão vivendo sem direito à vida, à dignidade. O Estado tem que se responsabilizar por sua negligência e esse prejuízo causado aos povos”, afirma.

Os cerca de 20 mil garimpeiros que atuam nas terras indígenas Yanomami, que compreende mais ou menos um milhão de hectares, tiveram seu auge, segundo afirmam fontes oficiais, por meio do incentivo e promoção do governo anterior, de 2019 a 2022.

A atuação da Igreja

Desde os primeiros anos da década de 70, a Igreja de Roraima, por meio de missionários e missionárias, os movimentos e as organizações não governamentais têm trabalhado arduamente na defesa dos povos originários e da natureza. Para a professora Márcia Maria de Oliveira, da Universidade Federal de Roraima, a Igreja tem exer-

cido um protagonismo discreto, por meio da formação de lideranças, campanhas denunciativas, no confronto direto com as autoridades políticas. Ela aponta que a missão encontra desafios reais que dificultam o atendimento preciso e eficaz aos povos originários. “Desde a manutenção financeira da missão que é altíssima, até os sacrifícios inimagináveis de chegar à missão à pé com caminhada de 5 dias pelos rios e pelas florestas ou pagando quantias exorbitantes ao redor de 10 mil reais por transporte de cada pessoa até a missão Catrimani.”

Oliveira acena para o importante papel da Igreja junto a estes povos ao ressaltar que “ela acompanhou toda a luta pela demarcação da Terra Indígena Yanomami e tem se colocado a seu lado de forma incondicional. Quando houve o genocídio, em meados de 1993, na comunidade de Haximú, foram as religiosas missionárias que denunciaram às autoridades.”

Ainda, de acordo com a professora Márcia, a Igreja é presença marcante nas mobilizações do Povo Yanomami, nos espaços de debate nacionais e internacionais, e muitas religiosas e muitos religiosos atuam como enfermeiros/as e educadores/as populares, levando alívio e trocando conhecimentos na missão. “O problema é que as distâncias não permitem um acompanhamento

mais amplo e muitas comunidades distantes encurraladas pelos garimpos estão sem nenhuma atenção por parte da Igreja por dificuldade de acesso e por escassez de missionários e missionárias”, explica.

Há 250 km de Boa Vista, atuam na missão Catrimani, desde 1965, os missionários da Consolata, os quais têm contribuído assiduamente na defesa dos direitos dos povos e da natureza, enviados para atuar em tempo integral junto aos Yanomami. Irmão Carlo Zacquini, missionário italiano, há 57 anos em Catrimani, relata que “tanto a Igre-

ja de Roraima, quanto a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sempre denunciaram e tentaram sensibilizar a opinião pública, mas, os órgãos públicos sempre alegaram dificuldades ou falta de recursos”.

Em 2019, o então bispo de Roraima, Dom Mário Antônio da Silva, em carta de despedida da diocese, denunciou rigorosamente o garimpo ilegal. “O garimpo dentro das terras indígenas é uma atividade ilegal que não pode ser acobertada. Ela traz violência contra as pessoas, comunidades inteiras, sem falar dos grandes estragos à Casa Comum, ferindo





a terra, destruindo a floresta e contaminando a água que nos dá a vida (...) quem está por trás do garimpo? Quem é que verdadeiramente se enriquece com a depredação, a contaminação e a violência? Quem está mais interessado na mineração dentro das terras indígenas?”, questiona em um trecho da mensagem. [\(Veja íntegra da carta\).](#)

Em nota, REPAM-Brasil pede fim do garimpo ilegal

A Rede Eclesial Pan-Amazônica, que desde a sua fundação, em 2014, cumpre a missão de defender os direitos dos povos e da natureza na Amazônia, diante das úl-

timas reportagens sobre a situação dos Yanomami, divulgou, nesta segunda-feira, 23 de janeiro, uma nota na qual condena veementemente o descaso e o desamparo do governo anterior e pede ação rápida e eficiente do Governo Federal, entre outras solicitações “a suspensão imediata do garimpo ilegal nos territórios indígenas, em especial, na Terra Indígena Yanomami, e a responsabilização dos políticos e das grandes empresas que promovem o garimpo ilegal que destruíram os territórios e levaram centenas de Yanomami à situação de desnutrição, doenças graves e morte. [Leia a íntegra da nota.](#)



Diocese de São Gabriel da Cachoeira realiza 4ª Etapa da Escola de Formação

A Diocese de São Gabriel da Cachoeira realizou, em janeiro, a 4ª Etapa da Escola de Formação de Lideranças, que contou com a participação de cerca de 70 lideranças das diferentes paróquias e pastorais. Desta vez foi estudada a Palavra de Deus.

Na primeira semana, a Ir. Tea Frigerio abordou o tema da Mulher na Bíblia, algo que a religiosa enfrentou como um desafio, dado que teria que falar sobre essa temática para os povos originários, que são a grande maioria na Diocese. Ela disse ter sentido o receio de “confrontar meu pensar com o pensar das culturas indígenas sobre a mulher”, mas após a experiência ela disse ter saído enriquecida.

Um auditório formado em sua maioria por homens, “mas o diálogo, a troca de ideias, as conversas, a inculturação daquilo que eu dizia, no mundo e na cultura deles, foi muito enriquecedor para mim. Perceber como em todas as realidades têm ideias, têm ideologias, têm pensamentos sobre a questão da mulher, sobre a estrutura social onde a mulher ela é dominada, ela é relegada a um papel dependente. Isso legitimado pela Bíblia e legitimado também pelas culturas. Legitimado muitas vezes pelos mitos ou pelas narrações bíblicas”.

O curso começou partindo do que é um paradigma, convidando a desconstruir, a se abrir a outras maneiras de pensar, a propostas de igualdade e de inclusão, afirmou a assessora. No caso da mulher, “ela propõe a reflexão sobre as diferenças culturais, sobre as exclusões, sobre as hierarquias que nós fazemos na sociedade”, afirmou a Ir. Tea. Ela apresentou um método da leitura feminista, libertadora da Bíblia, a partir da vida de hoje e da vida na Bíblia.

A partir do texto bíblico foi estudada a figura da mulher israelita, na sociedade, na família e na religião, e como isso influencia a atuação de Jesus. Foi abordada a questão das mães e das matriarcas em Israel, seguindo um itinerário e mostrando sua relação com o poço, sempre trazendo o olhar para os nossos dias. A partir das mulheres que não tem nome na Bíblia foi refletido sobre a violência contra a mulher, o feminicídio e a violência doméstica, estudando diferentes mulheres na Bíblia. Também foi estudado sobre as profetisas, destacando que em sua profecia, o centro é a vida.

Em relação à mulher no Segundo Testamento, foi abordada a prática profética de Jesus com as mulheres. A reflexão mostrou que “as mulheres na relação com Jesus, elas educam, formam e ensinam a Jesus”, se parando em algumas mulheres, que se

encontraram com Jesus e interagiram com ele, se tornando protagonistas de seu próprio destino e entraram a formar parte do grupo de discípulos e discípulas que acompanharam Jesus. Foi estudado o Evangelho de João, onde aparecem sete mulheres, todas elas protagonistas na comunidade ao lado de Jesus.

O curso foi também oportunidade para estudar o Livro dos Atos dos Apóstolos, “percebendo nele o testemunho do nascimento da Igreja”, segundo o padre Luciano Motti, assessor desta parte. Um texto de grande importância “para a compreensão da identidade da Igreja, para a identidade da missão da Igreja”, que nasce como comunidade, que é onde se dá a vivência da fé em Jesus. Segundo o assessor é “uma comunidade que se forma em torno da experiência do testemunho da Páscoa de Jesus, que se sustenta no ensino dos apóstolos e no aprofundamento da Palavra de Deus, se sustenta pela comunhão fraterna, se sustenta por uma vida de oração e na Eucaristia”.

“A Igreja apresentada nos Atos dos Apóstolos é uma Igreja que além de nascer comunidade, ela nasce missionária, nasce voltada para fora, nasce essencialmente como testemunho”, destacou o Padre Luciano. Ele destacou nessa Igreja “a abertu-

ra aos outros, a abertura aos mais diversos, aos excluídos, aos estrangeiros, aos pagãos”, assim como aos ministérios, destacando o papel protagonista da mulher.

O assessor lembrou que a comunidade nascente não perfeita, tem seus dramas, tem seus conflitos, mas é uma Igreja que os resolve pela via do diálogo e em assembleia, respeitando a diversidade de ministérios, com espaço para o protagonismo de todos os cris-

tãos. O padre destacou que tem sido uma semana para ler juntos os Atos dos Apóstolos e buscar “aprofundar a compreensão desta experiência original, originante, fundante do cristianismo, tendo os olhos na vida das nossas comunidades, pisando o chão que é pisado pelas nossas comunidades”.

**REPAM-Brasil com informações de Luis Miguel Modino, assessor de comunicação CNBB Norte1*



FIQUE POR DENTRO!

Estamos nas redes sociais, nos siga e acompanhe as notícias da REPAM-Brasil





Missionários do povo Ticuna realizam processo de evangelização em Belém do Solimões

De 9 a 27 de janeiro, missionários e missionárias do povo Ticuna realizaram a Missão Ticuna, a qual aconteceu na comunidade Mari-Mari, da Paróquia de Tocantins, e na comunidade Patiá, na Paróquia de Santo Antônio do Iça, na Diocese de Alto Solimões.

A atuação dos sete missionários e missionárias do povo Ticuna - que chegaram das comunidades de Belém do Solimões, Vendaal, Piranha e Nupune - são um exemplo daquilo que nasceu do Sínodo para a Amazônia, o protagonismo indígena nos processos de evangelização.

A missão, coordenada pelo diácono Antelmo Pereira Ângelo, o primeiro diácono permanente do Povo Ticuna, e pela sua companheira Lucinda, é um dos compromissos assumidos pelo Povo Ticuna em sua 3ª Reunião Geral Diocesana de Pastoral Ticuna, realizada entre os

dias 4 e 8 de janeiro, na Paróquia São Francisco de Assis de Belém do Solimões, buscando avançar numa evangelização intercultural, em fazer realidade uma Igreja com rosto amazônico e indígena.

Durante o encontro, os participantes trabalharam em grupo e refletiram sobre os quatro pilares que sustentam as Diretrizes para a Ação Evangelizadora da Igre-

ja no Brasil: palavra, pão, caridade e ação missionária. Também foram realizados trabalhos de formação teórica e prática sobre a Palavra de Deus, catequese, dízimo, celebração dominical da palavra e vocação.

**REPAM-Brasil com informações de Luis Miguel Modino – Comunicação do Regional Norte I da CNBB*





Em nota, mais de 60 organizações repudiam a fala do governador Antônio Denarium sobre o povo Yanomami

As pastorais e os movimentos sociais de Roraima divulgaram na terça-feira, 31 de janeiro, uma nota em que repudiaram o “posicionamento na fala desumana e leviana” do governador de Roraima, Antônio Denarium (PP), sobre o povo Yanomami, ao alegar que não existe desnutrição e que “... eles têm que se aculturar, não podem mais ficar no meio da mata parecendo bicho”. O posicionamento do governador do estado de Roraima se deu em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo, publicada em 30 de janeiro de 2023.

Em nota, as organizações destacaram que diante da crise humanitária, levando a morte de 570 crianças de diversas comunidades impactadas diretamente pela prática de garimpo ilegal, “Denarium sancionou duas Leis em apoio ao garimpo em Roraima, em meio ao avanço na piora da saúde Yanomami, portanto, é responsável por essa crise hu-



manitária. É responsável pelo genocídio Yanomami!”.

As declarações foram consideradas extremamente racistas, preconceituosas e desumanas, além de ser “uma falta de respeito e sensibilidade neste momento em que várias vítimas Yanomami estão morrendo por malária, desnutrição aguda entre outras doenças que poderiam ter sido

evitadas”. O caso se torna ainda mais grave diante da situação em que se encontram os povos indígenas de Roraima, em especial dos Yanomami. A nota também denuncia Denarium e o ex-presidente Jair Bolsonaro por violarem a Constituição Federal Brasileira e os direitos humanos.

Leia a íntegra da nota, [AQUI](#).



Presidente da REPAM-Brasil entrega relatório ao Ministro dos Direitos Humanos sobre ‘Abraço o Marajó’

O presidente da Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil, Dom Evaristo Pascoal Spengler, e o presidente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia – CINDRA, o deputado João Daniel (PT-SE), entregaram no dia 31 de janeiro, ao ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Silvío Almeida, o relatório da visita técnica, [realizada em dezembro do ano passado](#), na ilha do Marajó (PA), sobre o programa “Abraço o Marajó”.

Dom Evaristo agradeceu a oportunidade de diálogo e destacou que não foram realizadas consultas ou diálogos com a população local e que o programa “veio de cima para bai-

xo”. O presidente da REPAM-Brasil afirmou que o objetivo do Abrace o Marajó não era apoiar os pescadores e as populações tradicionais e que, por isso, a população não se sentiu contemplada.

“Era um projeto que não beneficiava ninguém que estava no Marajó, mas beneficiava quem vinha se aproveitar das riquezas do Marajó. É um programa que não ajuda o Marajó, então o que a gente quer é uma profunda revisão deste projeto”, destacou Dom Evaristo.

O ministro Silvio Almeida recebeu o relatório e contou que a Ministério recebeu diversas denúncias dos desmandos que fo-

ram feitos na região durante o Governo Bolsonaro. Ele também destacou que o relatório vai contribuir com as ações que já vêm sendo desenvolvidas pela pasta.

Relatório

Durante a [visita técnica](#), o grupo ouviu cerca de 150 pessoas, entre lideranças comunitárias, quilombolas, indígenas e assentados, defensores e defensoras públicas, promotoras e promotores de justiça, acadêmicos/as e políticos da região do Marajó. Os encontros foram realizados, entre os dias 8 e 9 de dezembro de 2022, em Belém e Soure, na ilha do Marajó.





Cardeal Leonardo Steiner visita o Povo Yanomami em Roraima em nome do Papa Francisco e da Presidência da CNBB

Dom Leonardo Steiner, o Cardeal da Amazônia, esteve em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, em fevereiro, para mostrar em nome do Papa Francisco e da Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), sua solidariedade com o Povo Yanomami. Ao lado do administrador diocesano de Roraima, Padre Lúcio Nicoletto, o cardeal visitou a Casa de Saúde Indígena (Casai) Yanomami e se reuniu com lideranças do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Situação do Povo Yanomami

A emergência vivida pelo Povo Yanomami, que ganhou grande visibilidade nos últimos dias, é consequência do garimpo ilegal. A atuação destes grupos criminosos gerou a desassistência sanitária generalizada, a devastação do território e o colapso sanitário, que levou o atual Governo Federal a declarar a emergência em saúde pública no território Yanomami.

“O que vimo foi que o garimpo tem devastado a região e afastado a caça e impedido de fazer as roças, o descuido e o desmonte da saúde indígena na região. Se calcula mais de 20 mil



garimpeiros nas regiões, com maquinário pesado, eles estão sendo financiados por gente de poder”, comenta o cardeal Leonardo Steiner.

“Existe um diálogo frutífero da Igreja com as lideranças indígenas. Não vejo a possibilidade de enfrentamento dessa situação senão o diálogo do governo com as lideranças locais e da Igreja”, completa o cardeal da Amazônia.

Dom Leonardo, finaliza com algo de extrema importância que o impressionou. “Não podemos esquecer, que no caso do garimpo a exploração sexual das mulhe-



res indígenas, isso no meu modo de ver é grave, me impressionou, não é uma questão meramente de ouro econômico é uma questão humana, se não fizermos nada é sinal que perdemos nossa humanidade, a missão do Evangelho que Jesus nos confia, se não houver uma atitude de acolhimento algum desses povos podem desaparecer”.

Apoio

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o apoio da Adveniat, [enviou 350 mil reais para ajuda humanitária e emergencial ao povo Yanomami](#). Os recursos, a serem gerenciados pela Diocese de Roraima (RR), destinam-se a contribuir para suprir situações de emergência como alimentação, remédios, vestuário, materiais para apoio à economia das comunidades e para custear o deslocamento e transporte aéreo e terrestre.

**com informações de Luis Miguel Modino e CNBB*



Papa Francisco recebe a presidência e assessores da CNBB em audiência no Vaticano

Os membros da Presidência e os assessores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) encerraram, no dia 9 de fevereiro, sua visita à Santa Sé, em Roma. A agenda, iniciada na quinta-feira (2), faz parte da tradicional visita anual ao Pontífice e aos Dicastérios que integram a Cúria Romana, após a vivência da Assembleia Geral da CNBB.

Na viagem ao Vaticano, os membros da Presidência e os clérigos e religiosos que atuam no serviço de assessoria às Comissões e ao Secretariado Geral da CNBB visitaram os Dicastérios da Cúria Romana e vivenciaram seu retiro anual.

O retiro espiritual ocorreu em Assis, na Itália, e foi conduzido pelo padre Geraldo Hackmann, da arquidiocese de Porto Alegre, teólogo e prefeito de estudos do Colégio Pio Brasileiro. Com o tema “sentir a Igreja”, o retiro teve como texto bíblico referencial Jo 21,15-19 e diversas reflexões da teologia e do magistério da Igreja, especialmente a Carta



Encíclica *Ecclesiam Suam*, de 1964, escrita por São Paulo VI.

O encontro com o Papa Francisco ocorreu nesta quinta-feira (9). Na oportunidade, o grupo agradeceu ao pontífice por sua dedicação à Igreja no mundo todo e, especialmente, ao povo brasileiro, a quem se refere sempre com muito afeto. Após a audiência,



os membros da Presidência e assessores cumprimentaram o Papa Francisco.

Homenagem

Na ocasião, a secretária executiva da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil) e assessora da Comissão Episcopal Especial para a Amazônia da CNBB, Irmã Maria Irene Lopes, entregou um presente ao pontífice, um quadro com uma imagem do Papa Francisco e o Cardeal Cláudio Hummes. A imagem é um desenho desenvolvido pelo artista Aurélio Fred, a partir de uma foto cedida pelo Vatican News.

Arcebispo emérito de São Paulo, o Cardeal Cláudio Hummes faleceu aos 87 anos no dia 4 de julho de 2021. Defensor do meio ambiente, da Amazônia e dos povos indígenas, o cardeal era bastante próximo do Papa Francisco.

[Dom Cláudio: um legado que continuará dando frutos de vida na Amazônia](#)

Missa no Túmulo de São Pedro

Uma celebração da Eucaristia no Sepulcro de São Pedro marcou o último dia da visita à Santa Sé. A missa foi presidida pelo arcebispo de Cuiabá (MT) e segundo vice-presidente da CNBB, Dom Mário Antônio da Silva.

**REPAM-Brasil com informações da CNBB*



Presidência da REPAM-Brasil visita Secretaria Executiva da REPAM, em Manaus

○ O presidente da Rede Eclesial Pan-Amazônica/ REPAM-Brasil, Dom Evaristo Pascoal Spengler, e a secretária executiva, Irmã Maria Irene Lopes, reuniram-se desde 16 de fevereiro, em Manaus (AM), para dialogarem acerca das atividades e ações desenvolvidas pela Secretaria Executiva da Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM. A agenda incluiu diálogos, partilha e um intercâmbio missionário no acompanhamento da Rede.



Pela REPAM, participaram o secretário executivo, Irmão João Gutemberg Sampaio, o secretário-adjunto, Rodrigo Fadul, os articuladores, Lidiane Cristo e Diego Aguiar, e os comunicadores Vanessa Xisto e Padre Júlio Caldeira. Também participou, de forma virtual, o presidente da REPAM e bispo do Vicariato de Puyo, no Equador, dom Rafael Cob.

Na noite do dia 16 de fevereiro, ocorreu uma celebração eucarística presidida por Dom Evaristo e um momento de convívio com a Comunidade dos Missionários da Consolata, na Paróquia de Santa Luzia.

**Comunicação REPAM-Brasil com informações de Irmão João Gutemberg*



Expediente

Boletim da REPAM-Brasil

Ano 4 - Nº 01 - fevereiro de 2023

Publicação Digital

Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil

Presidente: Dom Evaristo Pascoal Spengler

Secretaria Executiva: Ir. Maria Irene Lopes dos Santos

Ecônomo: Pe. Nereudo Freire Henrique

Coordenação de Articulação: Rialdo Viana

Articulação Territorial: Dorismeire Vasconcelos

Coordenadora de Projetos Sociais: Arlete G. dos Santos

Analista de Projetos Sociais: Jéssica P. de Castro

Analista de Comunicação: Ana Caroline Lira e Rosa M. Martins

Assistentes Administrativas/Financeiras: Denyse Leite e Maria José Lisboa

Projeto Gráfico: Vilma Baldin

Diagramação: Ana Caroline Lira

Redação: Ana Caroline Lira e Rosa M. Martins

Imagens: Arquivos da REPAM-Brasil, Shutterstock e Agência Brasil

Contato

www.repam.org.br

comunicacao@repam.org.br

(61) 3447-4117 ou (61) 98595-5278

REALIZAÇÃO:



APOIO:



MISEREOR
IHR HILFSWERK

CAFOD
Catholic Agency for
Overseas Development

